

Canal Energia

Reversão de multas em bônus do seguro-apagão já ocorre, afirma CBEE
Presidente da estatal diz que prática possibilitou redução de 21% no valor do encargo em novembro do ano passado

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios

16/2/2005

O pleito por mudanças no gerenciamento do encargo de capacidade emergencial (ECE), que foi levantado na semana passada por associações do setor, não está encontrando acolhida na Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - responsável pelo chamado seguro-apagão. A proposta de reverter as multas arrecadadas pela empresa estatal junto aos contratados em bônus para os consumidores finais, de acordo com o presidente da CBEE, Francisco Ivaldo Frota, já é aplicada desde de o ano passado.

"Essa proposta revela desconhecimento de como funciona o todo procedimento, já que essa bonificação já ocorre", afirma Frota. Segundo ele, um exemplo da prática dessa reversão em benefício aos consumidores foi a redução de 21% no valor do ECE em novembro, quando o kWh cobrado passou de R\$ 0,0086 para R\$ 0,0067. A redução, de acordo com o executivo, ocorreu antes mesmo do término de parte dos contratos, em dezembro, que só refletirá do ponto de vista financeiro deste mês e diante.

Ao longo de 2004, a CBEE aplicou cerca de R\$ 150 milhões em multas contra os empreendedores de usinas termelétricas emergenciais, sendo que R\$ 30 milhões ainda não foram pagos. Além das punições, Frota ressalta que outros fatores propiciaram a queda na cobrança do seguro-apagão, como a melhoria na arrecadação e o fato de a estatal não mais precisar pagar pelas usinas paradas por indisponibilidade. No ano passado, a empresa apresentou déficit de R\$ 10 milhões por mês na relação despesa/receita.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Geração Flexível, Marco Antônio Veloso, faz coro com o presidente da estatal e afirma que a totalidade das receitas auferidas a título de multas por descumprimentos contratuais já são revertidas em reajustes menores ou decréscimo do ECE. **O pleito proposto será discutido nesta quinta-feira (17) em reunião entre o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman.**

Abrace - O estudo que suscitou a discussão em torno do ECE foi elaborado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia, e será apresentado nos próximos dias à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia. Responsável pelo trabalho, o vice-presidente da Abrace, Érico Sommer, confirma que a cobrança do seguro-apagão já inclui o ajuste do valor a partir das multas arrecadadas. Entretanto, ele faz ressalvas quanto a parcela que ainda não foi paga pelos empreendedores.

"Pelo fluxo de caixa calculado no final do ano passado para a CBEE, a estatal ainda tem a receber cerca de R\$ 500 milhões, valor esse que não contempla as multas devidas. Isso pode desestimular a cobrança, e o consumidor pode acabar cobrindo esse não-pagamento", observa Sommer. Ele aponta ainda que, pelo balanço financeiro fechado de 2003, a CBEE apresentou lucro - o que não é permitido pelo decreto que criou a empresa, de 2001. Sobre esse superávit, afirma, estaria sendo tributado imposto de renda.